

UM CASO EXEMPLAR QUE DEMONSTRA O RISCO DE SE ACABAR COM O IVA SOCIAL

OPINIÃO

Pedro Aragão Morais*

AS IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) em Portugal estão digamos que, no mínimo, completamente tramadas, pois o Governo acaba de revogar a norma que previa o reembolso do IVA pago pelas IPSS nas obras sociais. Não se trata aqui da subida de dois pontos percentuais, mas sim passar o IVA de 0% para 23% dum só penada. A história que se segue, inspirada num caso real, irá replicar-se centenas de vezes nos próximos anos de norte a sul do país.

A "Tramada" é uma IPSS de referência na sua comunidade, pois trata-se da única instituição sediada no Concelho a prestar serviços de apoio a pessoas portadoras de deficiência. Antigamente, antes de existir a "Tramada", de modo a que pudessem receber qualquer tipo de assistência, os deficientes locais tinham de ser transportados à unidade de saúde mais próxima, que dista 150 quilómetros. A "Tramada" é assim, compreensivelmente, uma fundada aspiração popular, tanto mais quanto nos lembrarmos do imenso esforço outrora dispendido para a conseguir concretizar.

Submetida a um meio envolvente

humanamente desertificado e envelhecido, como tantos outros meios rurais por esse país fora, a "Tramada" assegura emprego estável a vinte pessoas, na maioria mulheres, para além de ocupar ainda outros tantos voluntários em trabalho comunitário. Até hoje, a "Tramada" tem operado em instalações precárias e sobrelotadas, inibidoras dum prestação de serviços condigna e profissional. Mas então?... a cavalo dado não se olha ao dente, mais vale pouco do que nada – é o que se ouvia dizer por aquelas paragens.

Sempre inconformada e persistente, a directora acreditava estar para breve a "Tramada" conseguir dar o salto qualitativo que há muito se impunha, de dispor de instalações próprias, construídas de raiz à luz das efectivas necessidades por satisfazer daquela centena e meia de debilitadas famílias suas beneficiárias.

Num terreno cedido pela Autarquia, o novo edifício com 500 m² havia sido projectado de modo a garantir elevados índices de eficiência nas respostas sociais de Actividade Ocupacional, Apoio Domiciliário, e Intervenção Precoce. O investimento total, incluindo aquisição de equipamento, ascendia a 400 mil euros. Orgulhava-se a directora do modo consistente como se encontrava montada a operação. A candidatura ao POPH – Programa Operacional Po-

tencial Humano, já aprovada, embora ainda não contratualizada, garantia 60% de comparticipação financeira proveniente de fundos comunitários. A comprovar a sua sustentabilidade, este projecto das novas instalações da "Tramada" acabara também de ser contemplado com um prémio de 60 mil euros, ganho no âmbito de um concurso a nível nacional, promovido por uma grande empresa privada socialmente responsável. O financiamento dos 100 mil euros remanescentes estava repartido em duas partes iguais, uma resultante dum crédito a contrair à banca, e outra de auto-financiamento, constituída por generosos donativos dum multiplicidade de mecenanças locais, bem como algumas poupanças acumuladas ao longo dos últimos anos, provenientes da venda de artesanato produzido na própria instituição.

De súbito, sem apelo nem agravo, o Governo decide retirar às IPSS o benefício de reaverem o IVA por elas pago em obras sociais. A notícia caiu que nem uma bomba lá para os lados da "Tramada". É como se, de repente, lhe tirassem o tapete debaixo dos pés: afinal, para que o sonho das novas instalações se realizasse, iria ser preciso arranjar mais 92 mil euros (23% de IVA sobre um investimento de 400 mil euros). Mas onde? O hipotético cenário de recorrer a mais cré-

dito junto da banca, para além de improvável, dada a crise no sector, seria uma violenta machadada no desempenho económico-financeiro do projecto, colocando seriamente em causa a sua sustentabilidade. Olha, estamos tramados!... Não haverá novas instalações, sinto cá uma revolta – é o que agora se ouve dizer por aquelas paragens.

Paira no ar a suspeita de que não se terá pesado bem o risco desta abrupta medida fiscal. Teme-se que este tiro anti-social do Governo lhe saia pela culatra. Prevê-se no Orçamento de 2011 que, abolindo o IVA Social, o Estado possa arrecadar cerca de 100 milhões de euros. E se, por reacção, o número de IPSS a desistir de investir, por manifesta incapacidade de suportar estes custos extra, à semelhança desta "Tramada", for maior do que se espera? Será que essa poupança incerta de algumas dezenas de milhões de euros para o Estado compensa o impacto negativo que de certeza vai acontecer na capacidade e qualidade das respostas sociais protagonizadas pelas IPSS em Portugal? Faz-se alguma ideia de quantos desempregados, e pobres desamparados, esta medida fiscal pode vir a gerar a mais no país? Duvido, sinceramente.

*Sector 3 – Consultoria de Gestão